

A GESTÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM IES PÚBLICAS

Carina Fagundes Teixeira – Universidade Federal de Santa Maria –
carinateixeira@unipampa.edu.br

Felipe Martins Muller – Universidade Federal de Santa Maria –
felipe@inf.ufsm.br

Configurado o momento atual para um cenário de melhoria contínua nas políticas de educação da extensão universitária no país alinhado ao melhor aproveitamento dos recursos públicos destinados para o desenvolvimento acadêmico e compromisso social e cidadão. Compreende-se um estudo acerca da gestão dos recursos destinados a extensão, na forma como está sendo interiorizado e executado na Universidade Federal do Pampa. Este trabalho, por fim, propõem mecanismos de acompanhamento e avaliação institucional da extensão, através de um sistema de indicadores acadêmicos, na busca de atender seu compromisso no processo de desenvolvimento institucional.

Palavras Chaves: Gestão Pública. Gestão Por Processos. Extensão Universitária.

Introdução

A criação de mecanismos legais de financiamento satisfatório, regular e permanente das ações de Extensão realizadas em qualquer tipo de IES (independentemente de serem Federais, Estaduais ou Municipais), seja através da inserção na matriz orçamentária das IFES, seja por meio de repasses por convênios, no caso das instituições estaduais e municipais, e de aumento dos aportes do MEC, seja via a inclusão, na agenda das agências governamentais, de programas e linhas de financiamento para a Extensão Universitária, é que motiva este estudo, instituindo um monitoramento e avaliação padronizados das ações de projetos e programas da Extensão Universitária.

Ainda a necessidade de articular projeto de desenvolvimento nacional de fomento a extensão universitária brasileira alinhada a melhoria do projeto de educação superior no país, formação do aluno e inclusão social, surge o edital de Fomento a Extensão Universitária – PROEXT no ano de 2003, uma parceria entre Ministério da Educação - Secretaria de Ensino Superior e Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Assim, o papel que cabe as IFES Públicas neste processo de interiorização dos recursos orçamentários, originados de projetos e programas, aprovados no edital do PROEXT, apenas demonstra a importância do gerenciamento destes recursos na gestão universitária destas unidades, deflagrando processo cuja finalidade é de executar ações pré-definidas em curto espaço de tempo.

Problema

As IFES Públicas desde 2010 vem recebendo, através da Lei Orçamentária Anual, através do edital PROEXT MEC um aumento significativo no montante dos recursos orçamentários originados dos projetos e programas. Esse aumento passou de 30 milhões de reais em 2009 para 70 milhões de reais em 2010 (SESu/MEC; 2012), gerando uma comoção muito grande por parte das instituições para que a execução destes recursos estivesse alinhada a gestão institucional.

Assim, enquanto cada universidade procura realizar aos procedimentos de orçamentos e compras públicas, os processos se desnorteiam frente a finalidade de executá-los com integralidade, eficiência e alinhamento a gestão institucional da extensão universitária, tornando o processo cheio de lacunas e não adaptado a realidade proposta no edital PROEXT MEC.

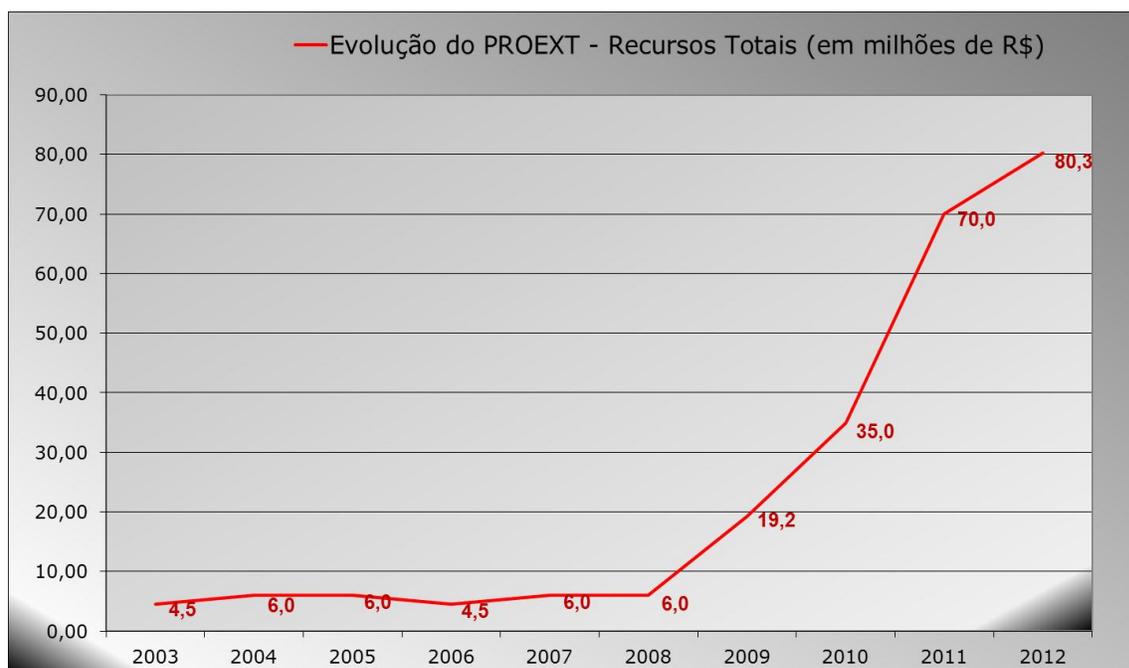
Ao utilizar-se de padronização de processo, no intuito de auxiliar a execução dos projetos e programas PROEXT MEC, é que este trabalho esta sendo realizado. O desafio de questionamento é saber se a metodologia de análise de demais instituições, no apoio as Pró-Reitorias de Extensão e no acompanhamento e execução das ações extensionistas, é eficaz no auxílio ao controle e gerenciamento do processo de apoio a gestão da extensão universitária.

É possível padronizarmos o processo de execução e de acompanhamento dos projetos e programas de extensão em IES Públicas?

| Edital | Número de Propostas Aprovadas | Recursos Totais [R\$] |
|---------------|--------------------------------------|------------------------------|
| 2003 | 89 | 4,5 milhões |
| 2004 | 156 | 6,0 milhões |
| 2005 | 178 | 6,0 milhões |
| 2006 | 132 | 4,5 milhões |
| 2007 | 179 | 6,0 milhões |
| 2008 | 122 | 6,0 milhões |

| | | |
|--------------|-------------|-----------------------|
| 2009 | 414 | 19,2 milhões |
| 2010 | 550 | 35,0 milhões |
| 2011 | 709 | 70,0 milhões |
| 2012 | 781 | 80,25 milhões |
| TOTAL | 3310 | 236,95 milhões |

Fonte: Coordenação de Relações Estudantis – MEC, 2013



Fonte: Coordenação de Relações Estudantis – MEC, 2013

Objetivos da descentralização orçamentária para as IES Públicas e sua interiorização

I - centralizar e racionalizar as ações de apoio à extensão universitária desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação;

II - dotar as instituições públicas de ensino superior de melhores condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão, permitindo planejamento de longo prazo;

III - potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações de extensão, projetando-as para a sociedade e contribuindo para o alcance da missão das instituições públicas de ensino superior;

IV - fomentar programas e projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas;

V - estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior;

VI - contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares;

VII - propiciar a democratização e difusão do conhecimento acadêmico; e

VIII - fomentar o estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares do entorno.

Assim, possibilitando grandes iniciativas no meio acadêmico nas mais diversas temáticas, com destaque para os projetos nas áreas de inclusão social, formação docente e educação de jovens e adultos.

Institucionalização da Extensão no Brasil

Por tudo isso, a Extensão Universitária apresenta potencialidades não apenas de sensibilizar estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo para os problemas sociais. Enquanto atividade também produtora de conhecimento, ela também melhora a capacidade técnica e teórica desses atores, tornando-os, assim, mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração das políticas públicas; mais bem equipados para desenhar, caso venham a ocupar algum cargo público, essas políticas, assim como para implementá-las e avaliá-las.

Como não poderia deixar de ser, os limites e possibilidades da Universidade afetam diretamente o desenvolvimento da Extensão Universitária. Também aqui, verificam-se avanços, desafios e possibilidades.

Entre os avanços, dois merecem destaque. O primeiro diz respeito à institucionalização da Extensão. Vale lembrar o preceito constitucional de indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e Extensão, a importância conferida pela LDB às atividades extensionistas e a destinação, feita pelo PNE 2001-2010, de 10% da creditação curricular a essas atividades.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão Universitária em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem menção especial. O primeiro é o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE).

Assim, a institucionalização da Extensão Universitária, nos níveis constitucional e legal, tem sido acompanhada por iniciativas importantes de sua implantação e implementação. Mas é preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que ela ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua importância para a renovação da prática e métodos

acadêmicos. Sem as ações extensionistas, como já salientado, corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública.

Dentro dos preceitos discutidos amplamente, no Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão, bem no interior das comunidades acadêmicas e suas comunidades locais, a padronização das ações de extensão e sua gestão, faz-se necessário a implementação, por parte das universidades, de indicadores que qualificam estas ações, estruturando as relações sociais entre universidade e sociedade, transformando a relação dialógica em material concreto para a diminuição das desigualdades sociais do nosso país.

A vivência em IES Públicas como experiência edificante

Foram realizadas visitas técnicas em instituições públicas federais e órgãos federais qualificados, como demonstra o quadro abaixo:

| | | |
|------------|--|-----------|
| Março/2013 | PROEXT - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG | realizada |
| Março/2013 | PROEXT - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM | realizada |
| Abril/2013 | PROEXT - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS | realizada |
| Abril/2013 | MEC - Coord. Geral de Relações Estudantis | realizada |
| Abril/2013 | Comite Técnico Disciplinar do PROEXT MEC - Brasília | realizada |

Fonte: Cronograma de Visitas Técnicas.

Para que as instituições construam suas bases de monitoramento e avaliação da execução das suas ações de extensão é necessário um sistema de informação integrado, que articule e cruze as informações acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

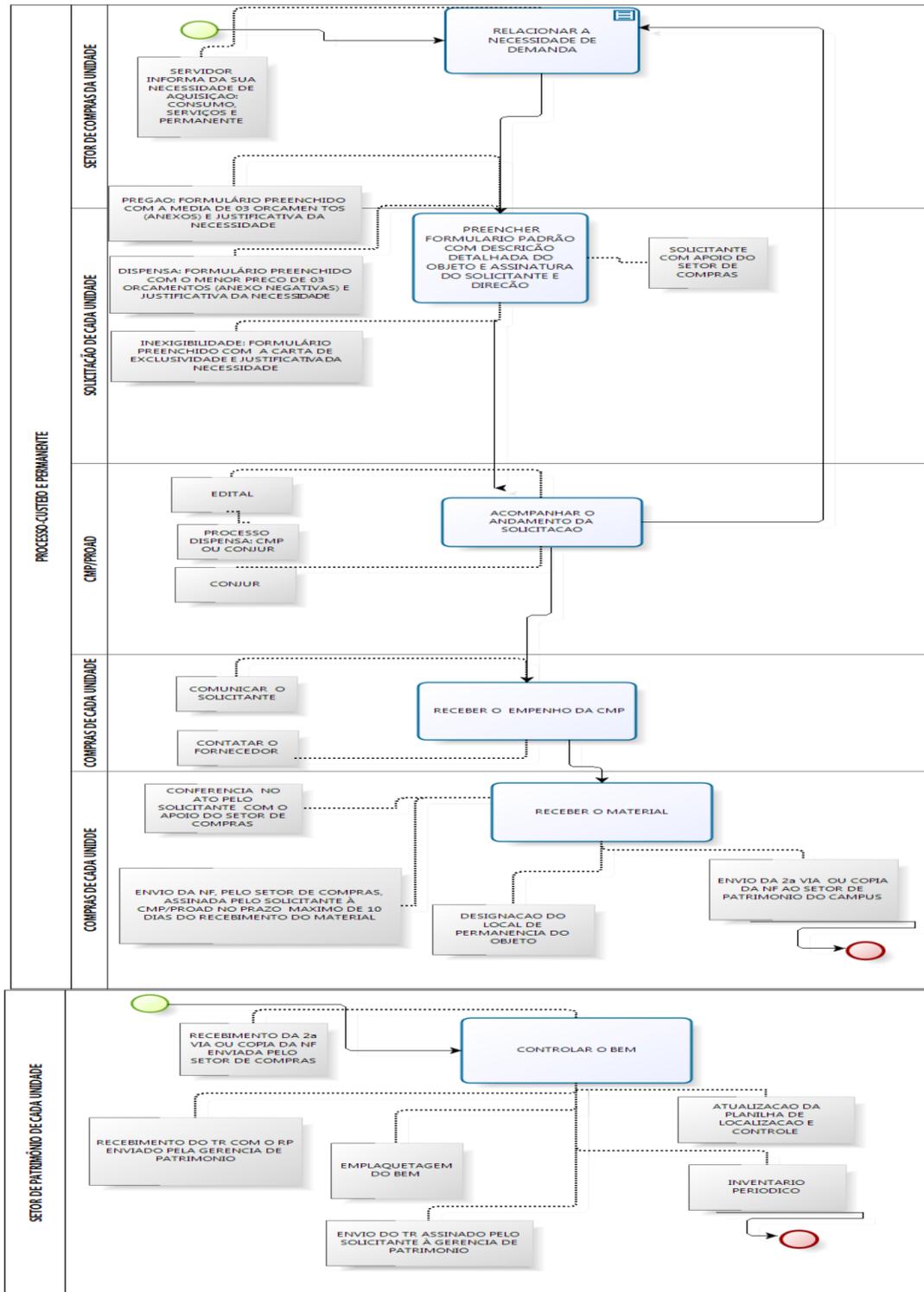
Neste sentido uma organização que possa contar com sistemas de informação capazes de gerar informações confiáveis e de qualidade obterá um maior controle interno e maior integração entre os diversos setores, o que possibilitará a sustentação necessária à tomada de decisão.

O'Brien (2006) chama atenção para o fato de que "os sistemas de informação desempenham três papéis dentro de uma organização: suporte de seus processos e

operações, suporte na tomada de decisão de seus funcionários e gerentes, suporte em suas estratégias em busca da vantagem competitiva” (p.18).

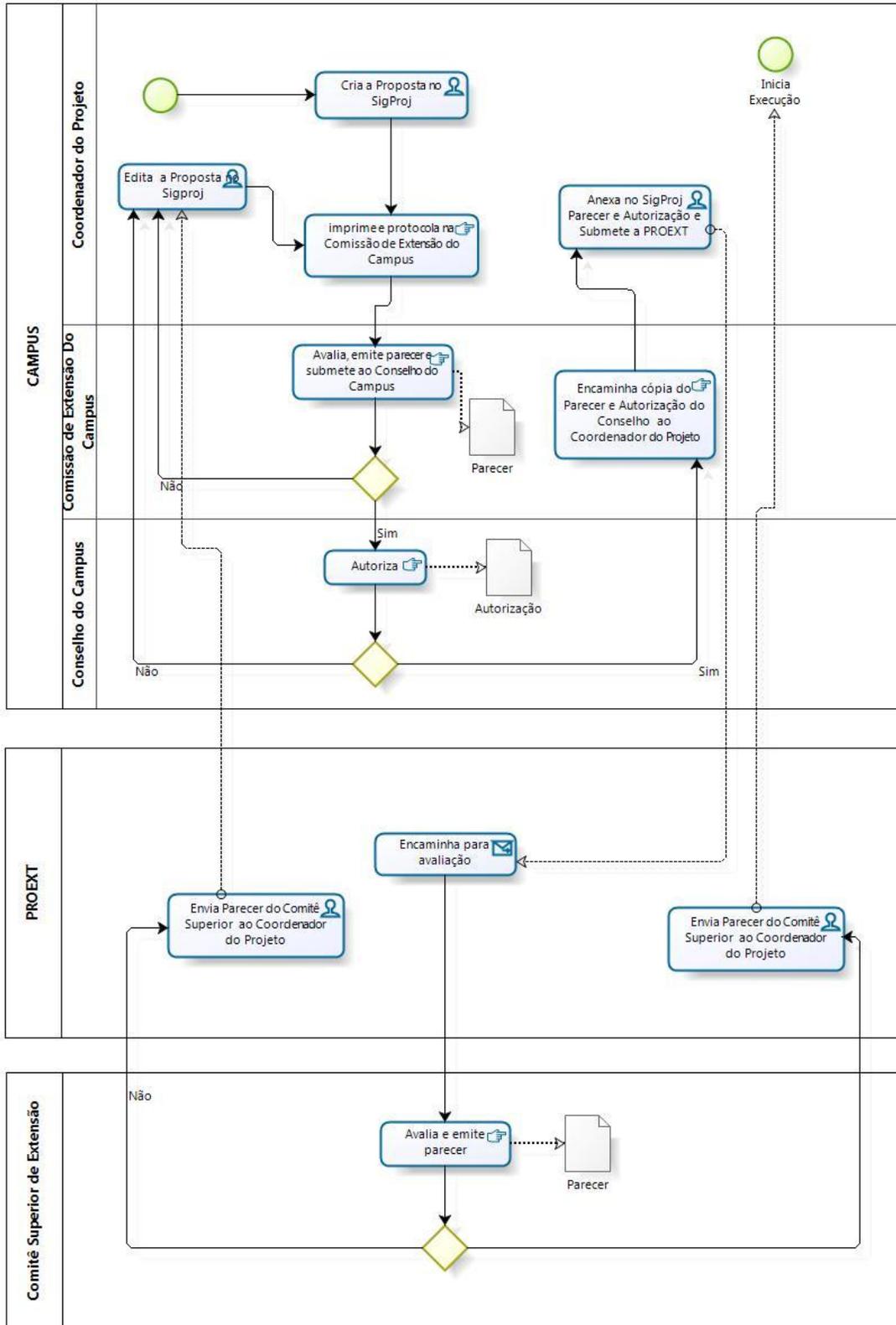
A implantação de um sistema de informação integrado de apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão busca atender não somente as especificidades acadêmicas setoriais de uma instituição, mas integrar de forma eficiente as informações acadêmicas gerenciais desta universidade.

Experiência da Universidade Federal do Pampa na execução das suas ações de execução de extensão. Foi utilizado o software BizAgi, para desenho do fluxo de interiorização dos recursos orçamentários.



Fonte: Modelo do Fluxo de Execução de Fomento de Custeio e Capital da PROEXT/UNIPAMPA.

O registro das ações de extensão da UNIPAMPA acontecem centralizados no SIPPEE (Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão da UNIPAMPA) e na Pró-Reitoria de Extensão, seguindo o fluxo abaixo.



Fonte: Modelo do Fluxo de Registro de Projetos de Extensão da PROEXT/UNIPAMPA.

Para os desenhos dos fluxos foi utilizado o “BizAgi Process Modeler” disponível no <http://www.bizagi.com/>.

Os resultados encontrados

Dentro da perspectiva de avaliarmos o processo de execução de fomento a projetos e programas da extensão da UNIPAMPA e de questionarmos o quanto esse processo atende escopo de demandas destas ações com relação as políticas propostas pela universidade, podemos pensar num processo de avaliação crítico com proposta de indicadores de avaliação.

Durante o período compreendido no primeiro semestre de 2013, foram realizadas visitas técnicas em algumas universidades federais de ensino superior (IFES), que hoje possuem estruturados seus processos de execução de projetos e programas de extensão, alinhados as suas políticas de extensão, regulamentadas e exercidas a pelo menos uma década, pelas suas comunidades acadêmicas.

As Pró-Reitorias de Extensão das IFES visitadas foram: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Neste contexto de visitas técnicas, pode-se verificar a importância que se revela para o visitante e o visitado, no contato e na troca de experiências que se configuram naqueles dias ou horas proporcionados. São momentos onde podemos conhecer a realidade de trabalho daqueles que consideramos uma referência administrativa e acadêmica na área de extensão.

Conversas abertas, com diálogos produtivos, abertura para leitura e observação da produção documentária das normas, procedimentos e processos administrativos e acadêmicos, gerando produção de conhecimento extra profissional, que não obtemos em cursos oficiais ou sentados em nossas cadeiras. São vivências que ultrapassam as barreiras profissionais cotidianas, pois trocamos nossas identidades, na expectativa de nos melhorarmos e poder de alguma forma contribuir para o crescimento da outra instituição.

Para que a universidade possa ter uma maior participação no direcionamento técnico das ações, a sua gestão não pode ficar apenas no âmbito do gerenciamento das atividades, “mas é preciso também administrar as relações dessas atividades com a realidade social onde elas estão inseridas (BOTOMÉ, 1996, p.103). Através destas interlocuções poderemos fortalecer nossa política interna de extensão, avançando na comunicação e no diálogo com nossa comunidade acadêmica e comunidades locais.

Criando indicadores

Vai nos responder o que queremos saber?

Desta forma, são também abordados na visão geral do planejamento, na seção de monitoramento e avaliação. Indicadores são sinais tangíveis ou mensuráveis de que algo foi feito ou alcançado. Os indicadores são uma parte essencial e fundamental de um sistema de

monitoramento e avaliação, pois são o que você vai poder medir ou monitorar. Através de indicadores, podemos perguntar e responder questões como:

- Quem
- Quantos
- Qual a frequência
- Quanto custa

Entretanto, antes de elaborar os indicadores, precisamos coletar as informações com as quais vamos trabalhar. No caso da extensão da unipampa, sabe-se seu histórico desde sua criação em 2008, suas dificuldades em execução, avaliação e nos fluxos processuais de suas ações.

Para desenvolvermos indicadores confiáveis, que possam ajudar no cotidiano da execução dos processos da extensão universitária da unipampa, vamos traçar um passo a passo de criação de indicadores.

Estruturando um processo de monitoramento e avaliação

Como existem diferenças entre a estruturação de um sistema de monitoramento e um processo de avaliação, busca-se o entendimento acerca dos dois conceitos na formação de indicadores concretos, que indiquem a realidade de nossa extensão dentro da universidade.

Sob monitoramento, avalia-se a formação deste processo em uma universidade de ensino superior pública, que tem suas especificidades por tratar-se de gestão pública.

Já enquanto sistema de avaliação estará avaliando sob a ótica do motivo pelo qual estamos buscando este processo, porque estamos qualificando estas ações de execução, enquanto gestão.

No momento que se cria um sistema de monitoramento, estará buscando informações úteis para uma base de dados para melhorar o que fazer e como fazer. Nesse estudo, busca-se melhorar uma questão administrativa, que envolve o processo de execução dos recursos públicos destinados a extensão universitária.

Criando um Sistema de Monitoramento

Abaixo, o passo a passo para o processo de criação de um sistema de monitoramento, com indicadores para a Pró-Reitoria de Extensão da UNIPAMPA.

1º passo – um seminário com a equipe e seus gestores:
introdução dos conceitos de eficiência, eficácia e impacto;
relação de dois indicadores para cada aspecto (eficiência, eficácia e impacto);
esclarecer quais as variáveis está se trabalhando, bem como com as informações que serão base de retorno para nossos questionamentos;
Informe a equipe quais são as informações que temos em nosso banco de dados para realizarmos esta primeira etapa do processo.

2º passo – incluir os dados e comentários do seminário realizado com a equipe e seus gestores, formatando um breve resumo de como será nosso sistema de monitoramento e seus indicadores.

Nesta etapa, o grupo de interessados, conseguirá identificar o que quer monitorar, bem como, já estará traçando os indicadores de eficiência, eficácia e impacto sobre o que se quer medir. Tendo atenção para as variáveis que podem influenciar nossos indicadores. Por exemplo: número de projetos de extensão, número de pessoas envolvidas nos projetos de extensão, etc.

A informação correta capacita a equipe a responder a seguinte questão:

O processo de execução de fomento a projetos e programas de extensão utilizado na UNIPAMPA é realizado com eficiência?

A resposta a esta questão ajudará a pró-Reitoria de Extensão a tomar a decisão a respeito da forma exata que vem fazendo e de como realmente gostaria de estar fazendo. Assim, poderão exercer as mudanças necessárias dentro dos caminhos e fluxos, medindo sua eficácia e seu impacto. Por exemplo:

A cada exercício anual, os recursos destinados a extensão, seja interna ou externamente, vem aumentando?

O número de reclamações dos coordenadores quanto a não executabilidade de seus orçamentos continua a cada exercício?

3º passo – a equipe decidirá como serão coletadas as informações para criar o sistema de monitoramento e seus indicadores, bem como onde estarão armazenadas estas.

4º passo – a equipe decidirá com que frequência estará acompanhando as informações para seus indicadores;

5º passo – a equipe fará a coleta, de acordo com a frequência acordada, analisará e gerará um relatório.

Avaliação

Para a Pró-Reitoria de Extensão, sua equipe e seus gestores, caberá o entendimento de que criar um sistema de avaliação contínuo das ações de extensão, no quesito do processo de execução do fomento a projetos e programas, se precisará de:

- Conhecimento adquirido: informações consideradas relevantes da instituição ou área ou processo, desde sua criação, com informação do problema identificado que se quer melhorar, qual a função das pessoas que trabalham nesta unidade, quanto tempo cada pessoa executa suas atividades nesta unidade, e finalmente quais as razões que se decidiu mensurar este trabalho de execução de fomento aos recursos para extensão.

- Motivo: aqui mostraremos o que queremos alcançar com a avaliação contínua dos indicadores e do processo contínuo de monitoramento das ações de extensão.

- Questões chave: são questões que ao responde-las poderemos criar os indicadores para esta avaliação precisa ocupar-se.

- Objetivos específicos: nesse espaço definiremos se a área de fomento para projetos e programas, ou seja, administrativa dentro da pró-reitoria de extensão será a única a ser monitorada, através de seus indicadores, e submetida a avaliação contínua, ou se as demais áreas da pró-reitoria de extensão também sofrerão com este processo de monitoramento e avaliação. Por exemplo: vamos querer apenas rever as questões orçamentárias e financeiras dos projetos e programas de extensão, ou vamos querer ver também a questão das grades curriculares destinados aos 10% dos créditos a graduação. Desta forma, a equipe pode entender que os dois processos de alguma forma, estão sim interligados, mesmo que sejam, um administrativo e outro acadêmico, pois uma ação gera dentro da estrutura um retorno para a unidade como um todo.

Finalizando esta etapa de um passo a passo para um processo de avaliação, podemos dizer que o propósito de uma avaliação é o motivo do que se faz, o que se deseja avaliar e com qual finalidade você que isso se realize.

Podemos identificar que para o processo de execução de fomento a projetos e programas de extensão da unipampa, seria:

- Providenciar a PROEXT/UNIPAMPA informações necessárias para tomada de decisão administrativas, quanto a execução dos orçamentos (demandas de custeio e capital) dos seus projetos e programas.

- Descobrir se os projetos e programas de extensão da unipampa estão causando impacto desejado, de acordo com a política interna da proext e plano nacional de extensão, alinhados ao plano institucional da unipampa.

Algumas questões centrais para o processo de avaliação

Nesta etapa considera-se que as questões de avaliação não são meras informações que podemos responder com apenas um “sim ou um “não”. São questões que queremos que nossos sistema de monitoramento (indicadores) e avaliação nos responda:

...”que são pensamentos que farão toda a equipe refletir e questionar, desafiando previsões cotidianas e ainda levantando muitas questões além daquelas colocadas em pauta”.

O propósito de avaliação deste estudo é entender o quão eficiente é o processo de execução de fomento a projetos e programas de extensão da unipampa.

E também respondendo questões como:

Quem são realmente os beneficiários da execução do fomento (custeio e capital) destes projetos e programas, executados com recursos públicos da união?

A política de extensão da unipampa está sendo atendida com a execução destes projetos e programas?

Os alunos extensionistas, em sua maioria, bolsistas destes projetos e programas, estão se formando pessoas mais comprometidas com suas comunidades?

Os insumos (dinheiro e tempo) justificam os resultados? E esses resultados estão sendo alcançados?

O que melhoraria a eficiência, eficácia e o impacto destas ações de extensão, pelo viés de uma execução justificada.

Estamos tirando lições para que possamos identifica-las e replicá-las ou não em situações futuras?

Qual a maneira mais eficaz você acredita resolver essa questão da execução dos recursos de fomentos dos projetos e programas de extensão?

CRIANDO OS INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

È indiscutível a contribuição e o papel social da Extensão Universitária no comprometimento e diálogo com suas realidades e comunidades. A Lei de implantação da UNIPAMPA é clara neste quesito, em seu art. 2º:

“A UNIPAMPA terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante sua atuação multicampi na região Metade Sul do Rio Grande do Sul”.

Nesta integração dos saberes, e buscando a efetiva articulação das ações de extensão que a institucionalização de um sistema de monitoramento e avaliação torna-se realidade para o acompanhamento das ações de extensão e contribuindo na gestão da extensão.

O SMA estará vinculado a Pró-Reitoria de Extensão da UNIPAMPA.

Objetivos

- Gerenciar junto ao SIPPEE/NTIC as informações referentes ao registro das ações de extensão;
- Desenvolver e implantar o SMA;
- Utilizar as informações do SMA para efeito de alocação de vagas docente
- Avaliar os impactos das ações de extensão nas políticas públicas e nas prioridades de gestão da UNIPAMPA;
- Disponibilizar informações da extensão para avaliação institucional da UNIPAMPA;
- Colaborar com o FORPROEX e o MEC na avaliação da extensão universitária;

Eixos estratégicos

- Sistematização das ações de extensão;
- Avaliação institucional da extensão da UNIPAMPA;
- Monitoramento e avaliação de ações estratégicas da extensão da UNIPAMPA;
- Avaliação das equipes de trabalho da extensão da UNIPAMPA;

Proposta de Criação do Sistema de Acompanhamento/Monitoramento e Avaliação da Extensão

O Sistema de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE) é um sistema utilizado na Universidade Federal do Pampa para registro dos projetos de ensino, pesquisa e extensão. O acesso ao sistema é livre para qualquer servidor da instituição, seja docente ou técnico-administrativo. Para acessar o sistema o servidor utiliza seu usuário institucional. O usuário institucional é um login e senha disponibilizado para servidor no momento em que entra em exercício na institucional, e utilizado para acessar os serviços de informática do servidor na instituição.

O SIPPEE está disponível no seguinte endereço: <http://www.unipampa.edu.br>

Figura XX – Tela de acesso ao SIPPEE

Ministério da Educação
unipampa
Universidade Federal do Pampa

Bagé/RS 11/11/2013

Sistema de Informação para Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão

Usuário:
Senha:

[Recuperar senha]

Noticias

Orientações para Cadastro de Bolsistas do PBDA 2013

- Orientações para cadastrado de Bolsista
- Formulário de Indicação de Bolsista

Publicado em 01/04/2013 00:00
[Todas notícias]

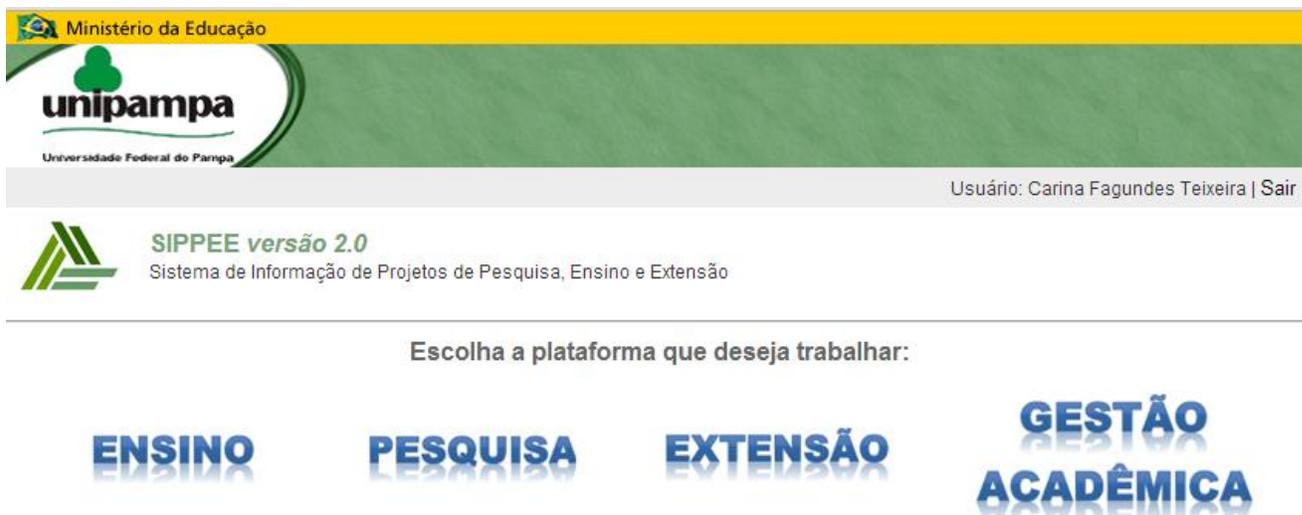
Programa de Apoio à Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura- PROEXT, da Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, lança o presente Edital - que segue o disposto da Resolução nº 47 do Conselho Universitário da UNIPAMPA e da Política Nacional de Extensão - com objetivo de estimular a prática da Extensão Universitária e contribuir para a qualificação dos profissionais da educação, por meio do apoio à organização de Cursos. As atividades deverão ser realizadas no período de outubro a dezembro de 2013. De acordo com a Resolução

Fonte: Dados primários (2013)

Ao informar o usuário e senha, a tela seguinte (Figura YY) é a escolha da plataforma na qual o usuário irá trabalhar. As plataformas disponíveis para escolha são: Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Acadêmica. Cada plataforma apresenta peculiares inerentes e para fins deste trabalho, será abordada unicamente a plataforma extensão.

Figura YY – Tela de Seleção da Plataforma

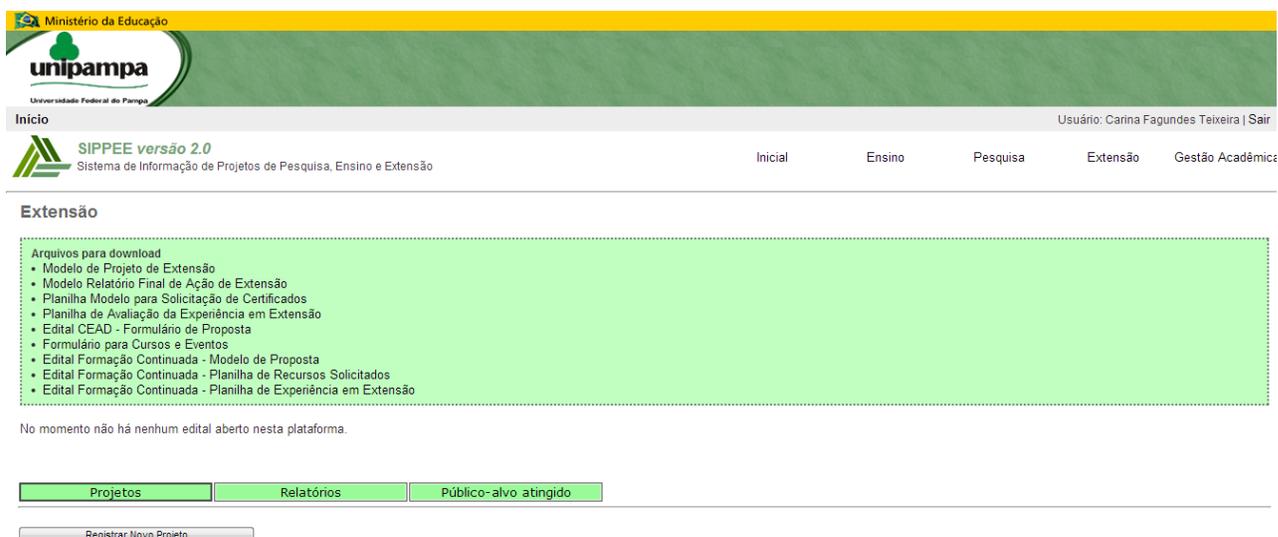


Fonte: Dados primários (2013)

Ao selecionar umas plataformas, o usuário será redirecionado para uma tela (Figura ZZ) no estão listados seus projetos já registrados e onde está disponível a opção para solicitar o registro de novos projetos.

Para registrar um projeto, o primeiro passo que o coordenador do projeto deverá fazer e realizar o download do arquivo “Modelo de Projeto de Extensão”. Então em seu computador, o usuário ir trabalhar na construção de seu projeto e ao concluir salvará o mesmo em formato PDF. A seguir o usuário irá retornar a plataforma Extensão no SIPPEE e solicitar o registro de seu projeto.

Figura ZZ – Tela de acesso ao SIPPEE



Fonte: Dados primários (2013)

Para solicitar o registro do projeto, o usuário irá preencher o formulário abaixo (Figura WW) e então anexar o arquivo PDF já preenchido no primeiro momento.

Figura WW – Formulário de Solicitação de Registro de Projeto

Solicitação de Registro de Projeto de Extensão

* Título do Projeto:

* Execução: até

Co-autores:

| Nome | Email |
|----------------------|----------------------|
| <input type="text"/> | <input type="text"/> |

* Palavras-chave (Máximo 3):

* Resumo (até 3000 caracteres):

Autoriza a publicação do resumo? Não Sim

Telefone para contato:

Vínculo do projeto com a instituição

* Unidade de Origem:

Projeto vinculado a qualis curso:

| Reitoria | Alegrete | Bage | Cacapava do Sul | Dom Pedrito | Itaqui | Jaguar |
|--|----------|------|-----------------|-------------|--------|--------|
| <input type="checkbox"/> Engenharia de Alimentos | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Engenharia de Computação | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Engenharia de Produção | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Engenharia Química | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Especialização em Sistemas Distribuídos com Ênfase em Banco | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Licenciatura em Física | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Licenciatura em Letras - Português, Inglês e Espanhol | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Licenciatura em Matemática | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Licenciatura em Música | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Licenciatura em Química | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Mestrado Profissional em Ensino de Ciências | | | | | | |

Detalhamento da Ação de Extensão

* Área de Conhecimento:

* Público-alvo atingido: Quantidade:

* Área Temática:

* Área Temática Secundária:

* Linha Temática:

Envolve convênios com outras instituições: Não Sim

* Equipe Executora:

| Nome | Tipo |
|----------------------|--|
| <input type="text"/> | <input type="text" value="Selecione um item"/> |

Arquivo do Projeto

* Arquivo PDF do projeto: Nenhum arquivo selecionado
Tamanho máximo arquivo: 3Mb

Fonte: Dados Primários (2013)

Ao concluir esta etapa, o projeto é encaminhado para aprovação nas instâncias superiores, a qual segue o seguinte fluxo:

1. Comissão Local de Extensão
2. Conselho do Campus
3. Comissão Superior de Extensão
4. Pró-Reitoria de Extensão

Caso aprovado nas quatro instâncias acima citadas o projeto então REGISTRADO e pode ser executado.



Extensão

- Arquivos para download
- Modelo de Projeto de Extensão
 - Modelo Relatório Final de Ação de Extensão
 - Planilha Modelo para Solicitação de Certificados
 - Planilha de Avaliação da Experiência em Extensão
 - Edital CEAD - Formulário de Proposta
 - Formulário para Cursos e Eventos
 - Edital Formação Continuada - Modelo de Proposta
 - Edital Formação Continuada - Planilha de Recursos Solicitados
 - Edital Formação Continuada - Planilha de Experiência em Extensão

No momento não há nenhum edital aberto nesta plataforma.

Projetos Relatórios Público-alvo atingido

Registrar Novo Projeto

CRIANDO SABERES

| Registro | Início Execução | Fim Execução | Situação | Arquivos | | Ação |
|------------|-----------------|--------------|--------------------------------------|----------|--------------|---|
| 10.0010.13 | 01/01/2013 | 31/12/2013 | Registrado desde 29/08/2013 15:09 | Síntese | Detalhamento | <input type="button" value="Atualizar"/> <input type="button" value="Equipe Executora"/> <input type="button" value="Relatórios"/> <input type="button" value="Certificados"/> |

| Histórico de Homologações | | | |
|---------------------------|--|--|----------|
| Horário | Passou de | Para | Arquivos |
| 29/08/2013 14:20 | Solicitação de Registro | Aguardando homologação do campus | |
| 29/08/2013 14:40 | Aguardando homologação do campus | Projeto não homologado pelo campus | |
| 29/08/2013 14:42 | Aguardando homologação do campus | Aguardando homologação do campus | |
| 29/08/2013 15:03 | Aguardando homologação do campus | Aguardando homologação da pró-reitoria | |
| 29/08/2013 15:09 | Aguardando homologação da pró-reitoria | Registrado | |
| 29/08/2013 15:10 | Registrado | Aguardando homologação do campus | |
| 29/08/2013 15:12 | Aguardando homologação do campus | Registrado | |

O sistema de acompanhamento e posterior avaliação das ações de extensão será realizado de acordo com o preenchimento do questionário abaixo, dentro do SIPPEE pelos coordenadores das ações.



Acompanhamento das Ações de Extensão

* Título do Projeto: CRIANDO SABERES

Tipo da ação Programa Projeto Curso Evento Prestação de ServiçoProjeto faz parte de algum Programa? Sim NãoSe sim, qual? Existem ações de pesquisa relacionadas ao projeto? Sim NãoExistem ações de ensino relacionadas ao projeto? Sim Não

RECURSOS FINANCEIROS DO PROJETO

* Quantidade de bolsas: * Valor utilizado em auxílio financeiro a estudantes: * Valor total gasto em diárias até o momento: * Valor total gasto em passagens até o momento: * Valor total gasto em serviços de terceiros (pessoa física): * Valor total gasto em serviços de terceiros (pessoa jurídica):

APOIO INSTITUCIONAL

* Utilizou veículo oficial quantas vezes este ano: * Utilizou materiais do almoxarifado da instituição: Sim Não* Instituição disponibilizou espaço físico: Sim Não* Foram utilizados laboratórios da instituição: Sim Não

PESSOAS ATINGIDAS

| Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 0 | 0 | 33 | 50 | 40 | 60 | 40 | 40 | 33 | 55 | 0 | 0 |

EQUIPE EXECUTORA

Número de alunos participantes Número de técnicos administrativos participantes Número de docentes participantes Número de colaboradores externos

CONVENIOS / PARCERIAS

Universidade Federal de Santa Maria
 Universidade Federal de Rio Grande
 Universidade Federal de Pelotas

PRODUÇÃO ACADÊMICA

Projeto gerou algum produtos acadêmico? Sim NãoSe sim, quais? Artigos, Resumo, Livro, Revista, Capítulo de Livro
 Poster Oficina Software Website Material DidáticoNúmero de artigos de extensão publicados em periódicos Número de comunicações em eventos Número de livros editados com base na ação Número de capítulos de livros editados com base na ação Número de produção de vídeos, espetáculos, exposições, eventos culturais, arranjos de extensão Número de publicações/relatórios de novas tecnologias produzidas com base na ação Número de publicações relacionadas

Lista de Publicações Relacionadas

Enviar informações

Fonte: Proposta de Criação do Sistema de Acompanhamento/Monitoramento das Ações de Extensão – SIPPEE

Fonte: Proposta de Criação do Sistema de Acompanhamento/Monitoramento das Ações de Extensão – SIPPEE



Relatório de Projetos Registrados

Ano: 2013
Plataforma: Extensão

| Nro | Plataforma | Campus | Coordenador | Identificador | Título | Editais | Início Execução | Fim Execução |
|-----|------------|----------|------------------------------|---------------|--|--|-----------------|--------------|
| 1 | Extensão | Alegrete | Alessandro Gonçalves Girardi | 01.001.11 | PROEXT.AL-001/08-C | <ul style="list-style-type: none"> PBDA 2012 - Iniciação a Extensão. PBDA 2013 - Iniciação a Extensão. | 01/06/2007 | 31/12/2015 |
| 2 | Extensão | Alegrete | Marco Antonio Durlo Tier | 01.001.12 | Novos Talentos nos Pampas: Universidade e Escola Básica | <ul style="list-style-type: none"> PBDA 2012 - Iniciação a Extensão. EDITAL Nº 03/2012 PROEXT UNIPAMPA - PROGRAMA DE FOMENTO À EXTENSÃO (PROEXT). PBDA 2013 - Iniciação a Extensão. Edital PROEXT 2013 | 01/01/2012 | 31/12/2013 |
| 3 | Extensão | Alegrete | Roberlaine Ribeiro Jorge | 01.001.13 | ENGENHARIA AGRÍCOLA E A DIFUSÃO DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA: UM COMPROMISSO COM O COMPARTILHAR DE SABERES E TECNOLOGIAS, UNINDO A UNIVERSIDADE A COMUNIDADE - 2 | <ul style="list-style-type: none"> PBDA 2013 - Iniciação a Extensão | 01/04/2012 | 01/04/2015 |
| 4 | Extensão | Alegrete | Alessandro Gonçalves Girardi | 01.002.11 | Clube de Astronomia da UNIPAMPA | <ul style="list-style-type: none"> PBDA 2011 - Iniciação a Extensão | 01/06/2007 | 31/12/2015 |
| 5 | Extensão | Alegrete | ALINE ANJOS DA ROSA | 01.002.13 | APOIO AO PROEJA-FIC AUXILIAR DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE ALEGRETE | <ul style="list-style-type: none"> PBDA 2013 - Iniciação a Extensão | 16/04/2012 | 20/12/2013 |
| 6 | Extensão | Alegrete | Larissa Degliuomini Kirchoff | 01.003.11 | Escritório Modelo de Cooperação Técnica em Projetos de Engenharia | <ul style="list-style-type: none"> PBDA 2011 - Iniciação a Extensão | 21/07/2009 | 31/12/2015 |

Fonte: Proposta de Criação do Sistema de Acompanhamento/Monitoramento das Ações de Extensão – SIPPEE

Nesse sentido, a partir das informações de entrada do formulário de acompanhamento das ações de extensão, seria possível gerar os seguintes relatórios:

- Produção Científica relacionada às ações de extensão

- Quantidade de cada tipo de ação de extensão
- Produtos acadêmicos gerados pelas ações de extensão
- Pessoas atingidas por ação de extensão
- Convênios e Parcerias relacionadas às ações de extensão
- Quantidade de docentes envolvidos em ações de extensão
- Quantidade de técnicos envolvidos em ações de extensão
- Quantidade de alunos envolvidos em ações de extensão
- Quantidade de colaboradores externos envolvidos em ações de extensão
- Quantidade de bolsas por ação de extensão / campus / curso
- Quantidade de auxílios financeiros para estudantes por ação de extensão / campus / curso
- Quantidade de diárias e passagens por ação de extensão / campus / curso
- Quantidade de serviços de terceiros por ação de extensão / campus / curso
- Utilização dos veículos oficiais por ação de extensão / campus / curso
- Utilização de materiais do almoxarifado por ação de extensão / campus / curso
- Utilização dos laboratórios por ação de extensão / campus / curso

Neste processo de acompanhamento a gestão poderá se beneficiar com os resultados dos relatórios gerados, configurando as reais contribuições que as ações de extensão estão oferecendo para sua comunidade acadêmica e externa, seguindo os preceitos da lei de implantação da universidade federal do pampa (já descritos antes).

A Extensão no Brasil e no Mundo

As relações das IES brasileiras com a sociedade tem aumentado muito e já ultrapassaram a fase em que essas relações se resumiam apenas à formação de profissionais e de docentes para a educação básica.

De acordo com Morhy as recomendações que constituem princípios da extensão praticada no País lembram que:

“para a formação do profissional cidadão é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os problemas que um dia terá de enfrentar”

Ainda complementa que devem os extensionistas contribuir para a superação das desigualdades sociais buscando soluções para as demandas que se apresentam no dia-a-dia, utilizando a criatividade e inovações resultante do trabalho acadêmico.

Lembramos que a extensão universitária vem ampliando consideravelmente seu espectro de ação no Brasil e inclui: difusão cultural, cursos de extensão e atividades correlatas, e prestação de serviços. Tais ações abrangem vários mecanismos com ampla e crescente interação universidade-empresa (programas de cooperação; parques e pólos tecnológicos; fundações e escritórios de transferência de tecnologia; incubadoras de empresas. Empresas juniores, centros de pesquisa e de novação tecnológica).

Os países da America Latina são extensionistas, onde suas realidades sociais demandam um compromisso das universidades públicas neste resgate de melhoria da cidadania e

condições sociais. È desta forma, que governos vem nestes últimos 10 anos vem injetando recursos financeiros para financiar a extensão no País, através das IES Públicas, transferindo em parte o compromisso que alavancagem social das camadas menos privilegiadas.

Verificamos que muitas universidades na Europa não possuem extensão universitária, pois encaram como assistencialismo....sendo um papel governamental....

10 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf>. Acesso em: março de 2012.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Projetos de Leis e Outras Proposições. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>> Acesso em: março de 2012.

_____. Controladoria Geral da União. Projeto de Lei nº 8.666/93. Lei que rege as compras nas instituições públicas da esfera federal, estadual e municipal. Projetos de Leis e Outras Proposições. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/AreaAuditoriaFiscalizacao/Arquivos/FinancimentoExternoECooperacao/Legislacao/Lei_8666.pdf

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: março de 2012.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 1968, p. 10369. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm> Acesso em: março de 2012.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de janeiro de 2001, p. 128. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.172-2001?OpenDocument> Acesso em: março de 2012.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 15 de abril de 2004, p. 3. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>> Acesso em: março de 2012.

_____. Presidência da República. Decreto Nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm> Acesso em: março de 2012.

BizAgi Process Modeler” disponível em www.bizagi.com/pdf.word

BOTOMÉ, S.P. Pesquisa alineda e ensino alienante. O equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, Ed. Universidade Federal de São Carlos, Ed. da Universidade de Caxias do Sul

BRASIL, F. P. D. Território e territorialidades nas políticas sociais. In: CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. D. Gestão Social: O Que Há de Novo? Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, volume 1, p. 45-66.

Costin, Claudia – Administração Pública – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1).

_____. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. (Extensão Universitária, v.3).

_____. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em:<<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-doFORPROEX.pdf>> Acesso em: março de 2012.

Lei orçamentária Anual – LOA. www.Orçamento.Brasil.Com. O Portal do Orçamento Público. Acessado em 10 de abril de 2013.

Matias-Pereira, José – Manual de Gestão Pública Contemporânea – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

MAÑAS, Antonio Vico. Administração de sistemas de informação. São Paulo: Érica, 1999.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000

O'Brien, James A.. Sistemas de Informação: e as decisões gerenciais na era da Internet. São Paulo: Saraiva, 2006.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – 2014 – 2018 – Universidade Federal do Pampa. Consultado em 2013.

XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – Carta de Porto Alegre. <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-doFORPROEX.pdf>> Acesso em: março de 2012.

XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. Carta de Manaus. Maio de 2012.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informações. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

_____. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. SANTOS, Boaventura S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

SANTOS, Wanderley G. A Trágica Condição da Política Social. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique et. al. (Orgs.). Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, p. 33-63.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo – Estado, Democracia e Administração Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TRUJILLO, Vitor. Pesquisa de mercado qualitativa e quantitativa. São Paulo, SP: Scortecci, 2001.

www.unipampa.edu.br/sippe - consultado durante o período de julho a dezembro de 2013.

